INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORNTÂCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

ARIANE BEZERRA CUSSATTO SSCARASSATI

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma revisão de literatura sobre a proposta de inclusão frente ao transtorno do espectro do autismo (TEA), que está inserido na categoria dos transtornos globais do desenvolvimento infantil, foi abordado o TEA e suas respectivas definições, etiologias, critérios e observações, durante o processo de inclusão na escola. Destaca-se a importância do professor em estar amparado e atualizado no que se refere à inclusão e como ela está presente nas escolas em relação a receber uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo.

Palavras-chave: Inclusão, TEA (Transtorno do Espectro Autista), Escola e Formação

Continuada

ABSTRACT

The present article aims to present a literature review on the proposal for inclusion in face of autism spectrum disorder, which is inserted in the school environment, autism and its respective definitions, etiologies, criteria and observations during the process of inclusion in school. It highlights the importance of the teacher in being supported and updated with regard to inclusion and how it is present in schools in relation to receive a child with autism.

Keywords: Inclusion ASD (Autistic Spectrum Disorder), School and Continuing Education INTRODUÇÃO

É de reconhecimento geral que todo e qualquer processo educacional procura, em sua essência, atender adequadamente às necessidades biológicas, psicológicas, sociais e culturais da população, com este pensamento focamos a atenção sobre a criança com autismo.

Observa-se que, muitas pessoas são discriminadas dentro de comunidades e excluídas no mercado de trabalho. Um o processo de exclusão social de pessoas com deficiência com alguma necessidade

especial ele é tão antigo quanto a socialização do homem (MACIEL, 2020).

A criança psiquicamente está em constante troca com o ambiente, entendendo que ela se desenvolve e amadurece no encontro com o outro humano (FILHO & CUNHA, 2010, p.10).

Segundo Lampreia (2004), a criança transtorno do espectro autista tem prejuízos na interação social, linguagem entre outros aspectos importantes para vida social. E como cita Mello (2005) suas causas são desconhecidas, de acordo com os estudos feitos há muitas pesquisas sendo realizadas para afirmarem a origem do autismo. Favoretto & Lamonica (2014), completam afirmando que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e nas interações sociais, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades.

Através da revisão de literatura e da experiência do cotidiano escolar este trabalho tem por objetivo destacar aspectos da inclusão de crianças com autismo na educação infantil.

1 CONCEITOS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Conforme cita Mello (2005), o termo autismo foi descrito pela primeira vez em 1943 pelo Dr. Leo Kanner (médico austríaco, residente em Baltimore, nos EUA), tendo a descrição originalmente em inglês diz: Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo.

Para Filho e Cunha (2010), o termo autismo foi mencionado em 1911, por Bleuler para explicar a perda de contato com a realidade e consequente dificuldade de comunicação.

Favoretto & Lamonica (2014) afirmam que o Transtorno do Espectro Autista (TEA), como hoje é caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e nas interações sociais os quais são padrões restritos e repetitivos de comportamento.

Refere-se a um transtorno no desenvolvimento de base neurológica, o qual tem alterações significativas na comunicação na interação social e no comportamento da criança. Essas alterações levam a importância dificuldades adaptativas em geral, as causas de acordo com a literatura pesquisada não estão claramente identificadas, porém já se sabe que o autismo é o mais comum entre crianças do sexo masculino independente da etnia origem geográfica ou situação sócio econômica.

Conforme a Lei nº 12.784/2012, a pessoa com transtorno do espectro autista é uma pessoa com deficiência para todos os efeitos legais na concepção da Classificação Internacional de Doenças – CID, versão 10.



http://www.associacaoinspirare.com.br/home/cid-10-para-cid-11/

Baseado no estudo de Lampreia (2004), a criança com espectro autista tem prejuízos na interação social e na linguagem, capacidades importantes a serem desenvolvidas no ser humano. O conceito autismo conforme os estudos têm várias definições, todas relacionadas ao comportamento.

Assunção (1997) complementa dizendo que a teoria cognitiva sugere que no autismo a capacidade de meta-representações tem alterações o que implica nos padrões de interação social.

As causas do autismo de acordo com estudos de Mello (2005), são desconhecidas e o

autor contribui sobre as mesmas em seus estudos que ela pode estar ligada há

(...) anormalidades em alguma parte do cérebro ainda não definida de forma conclusiva e, provavelmente, de origem genética. Além disso, admite-se que possa ser causado por problemas relacionados a fatos ocorridos durante a gestação ou no momento do parto (MELLO, 2005, p.17).

Em relação ao desenvolvimento Lampreia (2004), afirma que a falha no relacionamento e no compartilhar levariam ao empobrecimento da vida imaginativa assim como tornariam o empreendimento da linguagem sem sentido, ele completa dizendo que

(...) Os conceitos de social e linguagem, já que gestos são vistos tanto como interação social quanto como comunicação, e avaliar a possibilidade de dissolução das oposições teóricas subjacentes enfoque cognitivista x enfoque desenvolvimentista. O objetivo final seria uma tentativa de iniciar uma reflexão a respeito da relevância do esclarecimento dos pressupostos epistemológicos e das implicações de diferentes enfoques teóricos do autismo, para a busca de uma etiologia e para a intervenção (LAMPREIA, 2004, p.118).

2 O AMBIENTE ESCOLAR E A CRIANÇA COM TEA

A escola, como primeiro ambiente fora do âmbito familiar é o lugar o qual a criança vai se desenvolver e se socializar, contudo o espaço importante para seu desenvolvimento cognitivo e social.

Jurdi & Amiralian (2006) cita em seus estudos que

O ambiente tem um papel fundamental na constituição e no processo de desenvolvimento do desenvolvimento do indivíduo, pois à medida que a criança cresce o conteúdo de sua vida pessoal não se restringe apenas a ela. Em seu processo evolutivo, a criança afrouxa os laços da dependência familiar e passa a integrar a sociedade global, apropriando-se da herança cultural, devendo o ambiente provê-la nesse sentido (JURDI e AMIRALIAN, 2006, p.194).

Para Filho e Cunha (2010) a oportunidade de trabalhar com alunos com Transtorno do Espectro Autista na turma tem sido novidade para muitas escolas. Para profissionais que atuam conforme os autores destacam para eles é impactante. A criança com espectro do autista, quando entra na escola está diante de uma nova experiência, juntamente com a equipe escolar.

Nascimento (2015) afirma que a educação inclusiva o nosso país por exemplo é um grande desafio como já mencionado por outros autores deste estudo no cenário atual, podemos observar que a escola está convocada a problematizar as suas demandas levando em consideração a importância é necessidade da construção de uma cultura educacional que possa incluir todos.

Deve-se ressaltar que a educação para todos não se limita a só cumprir a lei e às demandas.

A criança autista precisa de uma atenção especial para seu desenvolvimento, a entrada

para a escola coloca a criança diante de novas experiências que terão uma grande repercussão no seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e social.

No processo educacional o currículo e importante, e diante ao novas propostas para atender ao aluno com autismo, os autores Favoretto & Lamonica (2014), eles destacam abaixo aspectos importantes sobre o currículo perante esse novo desafio, afirmando que

(...) o currículo pré-escolar envolve várias áreas do desenvolvimento infantil, como, motora, cognitiva, linguística, sociali-

zação, adaptativa e autocuidados. A escola deve adaptar seu currículo e seu ambiente físico às necessidades de todos os alunos, propondo-se a realizar uma mudança de paradigma dentro do próprio contexto educacional (FAVORETTO e LAMONICA, 2014 p.104).

Segundo Filho & Cunha (2010) os prejuízos na interação social são amplos na criança com autismo, e pode haver prejuízos nos comportamentos não verbais (contato visual direto, expressão facial, gestos corporais inapropriados entre outros), dentro dessas características podemos concluir que esse aluno terá dificuldades dentro no ambiente escolar, e necessitara de recursos e acompanhamento em sua adaptação.

Mazzotta & D'Antino (2011), colabora dizendo que historicamente as pessoas que apresentam diferenças muito acentuadas em relação à maioria das pessoas, constituem-se alvo das mais diversas estratégias de violência simbólica. Tal descrição feita pelo autor ele explica dizendo que

(...) pode-se afirmar que nos últimos anos houve grande avanço no que se referem ao Direito Educacional, particularmente em relação a grupos reiteradamente excluídos das oportunidades escolares, tais como os negros, os indígenas e as pessoas com deficiências. No entanto, as mudanças internas não ocorrem por imposição legal, a despeito da importância da legislação contemplando anseios da sociedade em cada momento histórico (MAZZOTTA & D'ANTINO, 2011, p.381).

Ao eleger a campanha governamental pela inclusão, Barros (2005) afirma que a inclusão de deficientes no ensino regular foi como objeto de análise, partindo do pressuposto de que seria possível através das argumentações justificarem as ações em favor das pessoas com deficiência.

Mazzotta & D'Antino (2011) salientam que a inclusão social ocorre na vida social em algum espaço instituído ou estruturado, seja na família, na escola, no parque, na empresa ou em qualquer outra forma de organização social. E pontuam ainda que princípio fundamental da inclusão como se entende. Uma política de inclusão escolar que respeita e reafirma a igualdade de direitos e assegura a educação escolar para todos.

(...) Dentre as disposições legais existentes em nosso país, é oportuno relembrar o Decreto Federal 3.298/99, que, além de outros dispositivos específicos relativos à cultura, ao lazer, ao esporte e ao turismo, dispõe que a pessoa com deficiência deve ser incluída em todas as iniciativas governamentais, respeitadas as suas peculiaridades. Além disso, cabe salientar que a inclusão social ocorre na vida social em algum espaço instituído ou estruturado, seja na família, na escola, no parque, na empresa ou em qualquer outra forma de organização social (Mazzotta & D'Antino, 2011, p.385).

Os autores Rosin-Pinola & Del Prette (1998), em seus estudos, afirmam que a inclusão é somente a parte física a ser reorganizada em todos os níveis do sistema educacional, do políticoadministrativo à formação de professores e até o interior da sala de aula.

3 O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Com bases dos estudos de Tunes & Tacca (2005) o professor desempenha um papel fundamental na vida do aluno, em relação ao processo de aprendizagem.

Segundo Rodrigues & Saheb (2015), acredita-se que as pequenas partes afetam o todo, se a formação docente tiver um viés para a complexidade, mudanças significativas ocorrerão em todo o processo, ele em seus estudos afirma que

(...) alguns professores/educadores possuem uma visão diferenciada no que diz respeito à definição de criança, a qual se aproxima mais da concepção que perdura atualmente, definindo-a como um ser em desenvolvimento e respeitando suas especificidades (RODRIGUES & SAHEB, 2015, p. 187).

O professor precisa sair de sua zona de conforto e buscar novas possibilidades para os desafios em sala de aula, o autor destaca algo que em pesquisas vemos a necessidade da formação continuada. Sendo a aprendizagem de uma criança autista no âmbito escolar é um grande e novo desafio em sala de aula (RODRIGUES & SAHEB, 2015).

Nascimento (2015), dia que há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que "toda pessoa tem direito à educação". Pensado nisso Nascimento (2015), Ele descreve essa situação um desafio que tem que ser encarado de uma forma a possibilitar o acesso é a permanência dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, por isso que é muito importante compreender as políticas da educação inclusiva e conhecer gente consegue idade compromisso do poder público. Conclui-se então que os professores no processo de tudo isso é a escola tem um papel fundamental (NASCIMENTO, 2015).

Ao eleger a campanha governamental pela inclusão, Barros (2005) afirma que a inclusão de alunos da educação especial no ensino comum como foi como objeto

de análise, partindo do pressuposto de que seria possível através das argumentações justificarem as ações em favor das pessoas com deficiência.

Segundo Filho & Cunha (2010), a ausência da oferta de educação escolar durante os primeiros anos de estudo do autismo, levou as primeiras iniciativas de escolarização ser patrocinadas por familiares.

Jurdi & Amiralian (2006) complementam dizendo que o ambiente escolar apresenta um estímulo à competitividade, à negação das diferenças e uma tendência a valorizar a homogeneidade.

(...) A escola requisita o aluno ideal e realiza suas ações para atender a esse aluno idealizado. Não há espaço para ser diferente e único, e para estabelecer um diálogo com a diversidade. Ao falarmos de um sistema de ensino inclusivo, precisamos falar de uma mudança de comportamento, de atitudes, valores e conceitos (JURDI & AMIRALIAN, 2006, p. 199).

4 FORMAÇÃO CONTINUADA

SILVA (2020) afirma que os desafios de uma sociedade em contínua mudança apresentam novas exigências. Enfrenta-se desafios a cada dia, tanto para cidadãos individualmente considerados quanto aos sistemas organizacionais.

Segundo Correia (1989), a formação continuada emergiu no final dos anos de 1960, percebemos que ela resulta, em grande parte, da transposição, para o campo educativo, de uma ideologia dos recursos humanos e passa a compor um "consenso cognitivo" construído em torno do "lugar comum" que afirma que a qualidade do ensino é dependente da qualidade dos educadores (CORREIA, 1989).

As experiências e saberes docentes em relação a ministração de aulas fazem muita diferença para construção de um ensino significativo.

Cristino & Krug (2008), citam que a categoria experiência, no que se refere à formação continuada e à transformação de suas práticas pedagógicas

(...) entre as iniciativas individuais ou informais, os professores colocam a troca de experiências, que é o fator que mais contribui para a transformação da prática pedagógica (CRISTINO & KRUG, 2008, p. 78).

A formação continuada ela tem que assegurar atualização e aprofundamento de conhecimentos que quem irá manter qualidade na prática pedagógica. quando nos deparamos com desafios dentro de sala de aula hino sentimos despreparados sem informações acabamos prejudicando o sucesso escolar de alunos principalmente com algum prejuízo qualitativo.

Silva (2020) complementa citando que em relação ao Decreto-Lei (artigo 29º) que atribui competência à Direção Geral do Ensino Básico e Secundário para determinar, de acordo com as necessidades de evolução do sistema educativo, as exigências qualitativas de formação inicial e contínua dos respectivos docentes em nível nacional.

Observa-se que a preocupação de obter uma preparação dentro do ambiente educacional através da busca pelo conhecimento, atualização e informações. Para capacitar professores, e atravessar as barreiras que encontramos dentro de sala de aula. Ao observar a inclusão em sala de aula como ela acontece, a necessidade de restruturação em todo o sistema é visível. Reformular ideias e conceitos diante da prática que já se tem, é o recurso para caminharmos em direção a inclusão. A importância da formação continuada irá proporcionar, uma nova visão que irá contribuir para a formação daquele aluno. A presente pesquisa tem a preocupação com os profissionais quem infelizmente não procura se atualizar para atender às necessidades que os alunos, hoje precisam. As experiências de sala e a busca pelo conhecimento, como professores irá contribuir em sua formação continuada. É preciso buscar informações e soluções para os desafios escolares.

Considerando experiências e conhecimentos , os novos saberes e informações através das atualizações dentro da formação , observa-se a necessidade de replanejar toda a prática pedagógica, com objetivo de alcance todos os alunos independente de suas dificuldades ou limitações dentro de sala de aula, sem esquecer naqueles alunos que têm facilidades mas também tem dificuldades as quais ficam ocultas perante preocupações com os demais.

Nesse sentido, a mudança de uma prática pedagógica implica formação continuada, aquisição/desenvolvimento de sempre novos saberes e competências.

É cada vez mais claro a necessidade do processo de inovação, ou seja, mudanças da prática pedagógica. Construir novos saberes e reformular ideias e conceitos perante o que se observa. Como professores é necessário atualizar e buscar a formação continuada. Ao contrário de tudo isso, se não houver busca de conhecimentos e replanejamento das práticas pedagógicas, para haver inclusão. As ações que se observa hoje irá favorecer práticas não adequadas e os objetivos não alcançados em relação a mesma (CRUZ et al, 2020).

Palafox (2004) apud citado por CRUZ et al (2020) descreve que o intuito dos instrumentos de mediação tem ação comunicativa

no projeto, o que está relatado no planejamento coletivo do trabalho pedagógico. Ele completa dizendo que é como um facilitador no processo de troca de saberes reflexão é crítica na comunicação docente.

Na busca de responder questões relacionadas aos saberes docentes, Tardif (2008) apud CRUZ et al (2020) afirma que o saber está nas condições concretas no trabalho na escola, comenta que a personalidade e a experiência dos professores fazem parte desta relação. Complementa com a informação ao afirmar que os professores eles têm que compreender a importância íntima na relação com o trabalho dentro de sala de aula, isso quer dizer que devem-se utilizar diferentes saberes e essa utilização tem função no trabalho.

Para Silva (2000), a formação que capacita os professores é apenas a formação inicial de todo processo de informações

(...) após a aquisição da certificação profissional inicial, a qual só tem lugar após a conclusão da formação em serviço privilegiando a ideia de que a sua inserção na carreira docente é qualitativamente diferenciada em relação à formação inicial, independentemente do momento e do tempo de serviço docente que o professor já possui quando faz a sua profissionalização, a qual consideramos ainda como uma etapa de formação inicial (SILVA, 2000).

Ainda defende que a formação contínua é sequencial à formação inicial

(...) oferecida a pessoas em condição de adultos, com experiência de ensino, o que influencia os conteúdos e as metodologias desta formação por oposição às da formação inicial oferecida geralmente a jovens sem experiência de ensino (SILVA, 2000).

Em síntese, este autor define a formação contínua de professores como

(...) a formação dos professores dotados de formação inicial profissional, visando o seu aperfeiçoamento pessoal e profissional. A formação contínua visa o aperfeiçoamento dos saberes, das técnicas, das atitudes necessárias ao exercício da profissão de professor. (Idem, ibidem).

5 ANÁLISE

A presente revisão de literatura compõe-se de um quadro de resumo, com ideias e análises semelhantes entre os autores estudados. Estrutura sugerida na metodologia da pesquisa cientifica, segundo Thomas & Nilson (2000), como pesquisa de revisão e análise de literatura. Abaixo estão citados os principais autores e suas ideias gerais sobre os objetivos da pesquisa realizada.

Quadro 1. Literatura pesquisada

Autores bases	Características	Comportamento geral apresentado	Interação social e linguagem
Mello (2005)	Não se sociabiliza. Atraso do desenvolvimento	Falta de atenção e simpatia	Comprometida
Mazzotta & D'Antino (2011)	Habilidades cognitivas comprometidas	Resistência, e comportamento repetitivo	Comprometida
Lampreia (2004)	Problema Afetivo/ social	Prejuízo da habilidade cognitiva da linguagem	Comprometida
Assunção (1997)	Comprometimento cognitivo	Incapacidade acentuada de desenvolver relações pessoais	Comprometida
Filho & Cunha (2010)	Repetição é predominante	Agitação e resistência ao novo necessitam de rotinas	Comprometida

Quadro 2. Classificação da inclusão de acordo com a literatura

Autores bases	Escola	Dificuldades	Benefícios ao aluno com TEA
Filho & Cunha (2010)	Autismo como algo novo e causa impacto	Acolhimento dos profissionais, pois o autista inicialmente se agita e fica resistente	As rotinas da escola com o tempo são benéficas ao autista
Mazzota (2011)	Direito de todos	Reconhecer o outro sem exclusão	interação social e desenvolvimento de suas capacidades
Junki & Aranalan (2006)	Ambiente idealizado, estimula a competitividade	Mudanças que atender a todos	Ambiente de desenvolvimento e interação social
Rodrigues & Esteves (2010)	Corpo docente preparado	Professores buscarem superar os novos desafios	Desenvolvimento de suas capacidades físicas e intelectuais
Rosin-Pinola & Del Prette (1998)	Reorganização do todo	Aceitação da reorganização geral escolar, pensar num novo projeto sobre inclusão	Atendimento de suas necessidades

Quadro 3. Classificação da formação continuada

Autores bases	Professor	Ideias centrais	Benefícios ao aluno com TEA
SILVA (2020)	Preparado	Necessária a formação continuada	Aprendizado significativo
Correia (1999) apud CRUZ et al (2020)	Atualizado	Qualidade no trabalho, repensar suas práticas	Aula com qualidade
Tardif (2008) apud CRUZ et al (2020)	Relação com o trabalho	Intimidade com o trabalho	Aula com qualidade
Bueno et al (2002) apud CRUZ et al (2020)	Corpo docente preparado	Mudanças nas práticas pedagógicas	Aula com qualidade
Rosin-Pinola & Del Prette (1998)	Reorganização do todo	Aceitação da reorganização geral escolar	Atendimento de suas necessidades
Rodrigues & Esteves (1993) apud SILVA (2020)	Atualizado	A formação continuada é apenas o início	Atenção aos detalhes

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em um sistema de ensino inclusivo, precisa-se falar de uma mudança de comportamento, de atitudes, valores e conceitos. Em destaque temos a formação continuada de professores que é o processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes. É necessário essa ação se realizar ao longo da vida profissional, com o objetivo de assegurar uma ação docente efetiva que

promova aprendizagens significativas.

A escola é o ambiente educacional propício para que ocorra o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças, além de momentos de recreação e lazer.

O TEA, em geral é algo novo em relação ao aspeto inclusão escolar, sendo ele conforme a pesquisa realizada, comportamentos inapropriados com dificuldade de interação social, linguagem e prejuízos qualitativos de ordem afetivo /social. Conforme os estudos analisados o autismo tem comprometidos na linguagem e na interação social, aspecto importantes os quais são meios para que ocorra a socialização e contribui para o desenvolvimento do indivíduo. A criança com TEA precisa de um ambiente preparado e adaptado para seu melhor desenvolvimento o qual suas necessidades sejam atendidas e seus comprometimento apresentados melhore, possibilitando expectativas de viver em sociedade com mais autonomia possível.

A experiência com crianças autistas os benefícios de um ambiente adaptado e profissionais que conhecem sobre a síndrome, favorece seu desempenho, pois ela como qualquer outra criança com necessidades especiais, precisa de recursos os quais atende a necessidade ou dificuldade que ela apresentar.

É necessário que o docente esteja em constante processo de formação, buscando sempre se qualificar, pois com uma formação continuada ele poderá melhorar sua prática docente e seu conhecimento profissional, levando em consideração a sua trajetória pessoal, pois a trajetória profissional do educador só terá sentido se relacionada a sua vida pessoal, individual e na interação com o coletivo.

Em minha experiência com inclusão nos estágios de pedagogia, observei professores que não apresentavam satisfação ao ter aluno com inclusão, demostrando falta de afeto e interesse em buscar informações para auxiliar. Contudo são professores com a formação inicial e sem interesse em formação continuada e os alunos sendo apenas aluno de inclusão, sem perspectivas de serem realmente inclusos.

A inclusão e formação continuada em seu contexto ela está defendida e escrita em legislações, leis e muitos estudos. Mas se ela ocorre conforme se apresenta nos papeis, em todo seu contexto, é algo que necessita de mais pesquisas e atenção.

Os quadros comparativos de ideias entre autores estudados neste trabalho de uma forma resumida apresentam uma visão da importância de conhecerem e de se atualizarem perante as demandas de hoje. No ambiente educacional, é muito importante conhecer o que é o transtorno do espectro do autista e entender o papel do professor e da escola em relação ao desenvolvimento desta criança. Como professores dentro de políticas públicas se vê que não é simplesmente ter uma formação e ir para a sala de aula, e sim saber dos desafios e da necessidade de conhecimento.

Contudo, é fundamental a execução da prática inclusiva. É preciso compreender que durante o processo de desenvolvimento da criança com o espectro do autista dentro da sala de aula é necessário que o aprendizado seja significativo contudo é muito importante o professor ir em busca de novos conhecimentos, novas estratégias, replanejar a sua aula constantemente para alcançar a todos respeitando as limitações e dificuldades de cada aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO JR., Francisco B. Distúrbios globais do desenvolvimento. Estilos da Clínica. São

Paulo, v. 2, n. 3, 1997 .

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571281997000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 set. 2015

BARROS, Alessandra. Alunos com deficiência nas escolas regulares: limites de um discurso. Saude e Sociedade ., São Paulo , v. 14, n. 3, p. 119-133, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902005000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 out. 2015.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. Revista Brasileira de Psiquiatria., São Paulo , v. 28, supl. 1, p. s47-s53, May 2006. Disponível em www.scielo.br/scielo.php Acesso em 20 Set. 2015.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (s/d). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso 01 de maio de 2020.

BRASIL. LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº

8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em :

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12764-27-dezembro-2012-774838publicacaooriginal-138466-pl. Acesso em:22 jul. 2020

COSTA, MARIA IONE FERREIRA DA; NUNESMAIA, HENRIQUE GIL DA SILVA. Diagnóstico genético e clínico do autismo infantil. Arquivos de Neuro Psiquiatria., São Pau-

lo , v. 56, n. 1, p. 24-31, mar. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-

282X1998000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso

em 04 nov. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S0004-282X1998000100004

CORREIA, José Alberto. Inovação pedagógica e formação de professores. Rio Tinto: Edições ASA, 1989.

Classificação de autismo pela OMS – CID 10 – F84 (s/d). Disponível em: https://pebmed.com.br/cid10/transtornos-globais-do-desenvolvimento/Acesso em:01 de maio de 2020

CID 10 – F84 http://www.associacaoinspirare.com.br/home/cid-10-para-cid-11/ Imagem.

CRISTINO, Ana Paula; KRUG, Hugo Noberto. Um olhar crítico-reflexivo sobre a formação continuada de professores de educação física da rede municipal de ensino de Santa Maria. Movimento, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 63-83, jan./abr. 2008.

CRUZ JUNIOR, Antônio Fernandes da; DELLA FONTE, Sandra Soares; LOUREIRO, Robson. Formação continuada de professores: quando a experiência e os saberes docentes se limitam à vivência. Pro-Posições, Campinas, v. 25, n. 2, p. 197-215, ago. 2014. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072014000200011&>. Acesso em: 01 Maio 2020.

FAVORETTO, Natalia Caroline; LAMONICA, Dionísia Aparecida Cusin. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília , v. 20, n. 1, p. 103-116, mar. 2014. Disponível em www.scielo.br/scielo.php. Acesso em 14 set 2015

FILHO, Jose Ferreira Belisário e CUNHA, Patricia. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação,

Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010

JURDI, Andréa Perosa Saigh; AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo de Moraes. A inclusão escolar de alunos com deficiência mental: uma proposta de intervenção do terapeuta ocupacional no cotidiano escolar. Estudo de Psicologia. (Campinas), Campinas , v. 23, n. 2, p. 191202, jun. 2006. Disponível em www.scielo.br/scielo.php. Acesso em 20 set. 2015.

LAMPREIA, Carolina. Os enfoques cognitivista e desenvolvimentista no autismo: uma análise preliminar. Psicologia, Reflexão e . Critica ., Porto Alegre , v. 17, n. 1, p. 111 120, 2004.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0107972200400010014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 out. 2015.

MACIEL, Maria. Regina. Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 14, n. 2, p. 51-56, June 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102->. Accesso em: 01 Maio 2020

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. Saude e Sociedade., São

Paulo , v. 20 , n. 2, p. 377-389, jun. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902011000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 14 out. 2015.

MELLO, Ana Maria S. Ros de, Autismo: guia prático. 4. ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2005. 103 p.: il.

NASCIMENTO, M.A. Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Compromissos e Responsabilidades do Poder Público.2015. Dissertação (Pós-Graduação Lato Sensu

"Legislativo e Democracia no Brasil") Câmara Municipal de São Paulo Escola do Parlamento. São Paulo, 2015.

PALAFOX, Gabriel Humberto Munoz. Planejamento coletivo do trabalho pedagógico da Educação Física como sistemática de formação continuada de professores.Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 113-131, jan./abr. 2004.

RODRIGUES, Daniela Gureski; SAHEB, Daniele. A concepção dos professores e educadores de educação infantil sobre o saber de Morin: ensinar a condição humana. Revista Brasileira: Estudo Pedagogia., Brasília , v. 96, n. 242, p. 180-197, abr. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php . Acesso em 15 set 2015.

ROSIN-PINOLA, Andréa Regina; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. Revista

Brasileira de Educação Especial., Marília , v. 20, n. 3, p. 341-356, set. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

65382014000300003&lng=pt&nrm=i-

so>. Acesso em 05 nov. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000300003.

SILVA, Ana Maria Costa e. A formação contínua de professores: uma reflexão sobre as práticas e as práticas de reflexão em formação. Educ. Soc., Campinas, v. 21, n. 72, p. 89109, Aug. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

73302000000300006&lng=en&nrm=iso>. access on 22 July 2020. https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000300006.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2008.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen V. R.; BARTHOLO JUNIOR, Roberto dos Santos. O professor e o ato de ensinar. Cadernos de . Pesquisa., São Paulo , v. 35, n. 126, p. 689-698, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100- 15742005000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 out. 2015.

THOMAS, J.R, e NELSON, J.K. Métodos de pesquisa em atividade física. Porto Alegre: Artmed, 2002